

DRAUZIO VARELLA

Carcereiros



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2012 by Drauzio Varella

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Retina78

Imagem de capa

Casa de Detenção do Carandiru, Pavilhão 5, 22 de maio de 1974.

© Alfredo Rizzutti/ Agência Estado

Todos os esforços foram realizados para identificar o fotografado.

Como isso não foi possível, teremos prazer em creditá-lo, caso se manifeste.

Preparação

Márcia Copola

Revisão

Ana Maria Barbosa

Viviane T. Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Varella, Drauzio

Carcereiros / Drauzio Varella. — 1ª ed. — São Paulo :
Companhia das Letras, 2012.

ISBN 978-85-359-2169-4

1. Memórias autobiográficas 2. Penitenciária do Estado
(São Paulo) I. Título.

12-10535

CDD-610.92

Índice para catálogo sistemático:

1. Médicos : Memórias 610.92

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Um dia trágico, 7
Carcereiros, 13
José Araújo, 24
Questão de princípios, 29
Carcereiros do passado, 36
Os delatores, 40
A batalha do conhaque, 45
Hulk, 50
Bem Nutrido, 61
Zé Montanha, 69
Irani Moreira, 73
A negociação, 78
A faca afiada, 83
O submundo, 86
O Empreiteiro de Cristo, 90
Luiz Wolfmann, o Luizão, 93
Solidariedade, 99

A mulher, 105
Shirley, o estelionatário e seu Silva, 110
A cachaça, 115
Sombra, 120
O inferno de Joyce, 127
A tortura, 136
Violência contagiosa, 145
Na sala de Revista, 148
Valdemar Gonçalves, 153
Guilherme Rodrigues, 161
Negociador nato, 169
Dinheiro falso, 172
O palco do Chiquinho, 178
O túnel, 185
A implosão, 193
Fábricas de ladrões, 198
Fuga sangrenta, 202
Amauri Bonilha, 215
A festa, 219

Carcereiros

Desde pequeno sou fascinado por cadeias. Descobri essa atração nos programas de rádio e nos filmes em branco e preto a que tive ocasião de assistir nas matinês de domingo nos cinemas do Brás, antigo bairro operário de São Paulo.

Os filmes de cadeia provocaram em mim emoções tão fortes, que até hoje me lembro deles. Quando tinha dez anos, assisti a *Brute Force*, filmado numa velha prisão em que Burt Lancaster chefiava um plano de fuga frustrado pela delação de um companheiro. Quarenta anos mais tarde voltei a vê-lo em vídeo: as cenas me eram de tal forma familiares, que eu era capaz de me antecipar às falas dos personagens.

O Brás era cinzento, com ruas de paralelepípedos, cortiços abarrotados de crianças, chaminés de fábricas, sirenes e operários com marmitas a caminho do trabalho. Italianos, espanhóis e portugueses fugidos da fome e das guerras na Europa formavam a paisagem humana que sentava em cadeiras na calçada, nas noites de verão, para falar da vida nas aldeias onde haviam nascido e dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.

Naquele tempo sem televisão, quem conseguia comprar um rádio fazia a gentileza de dividi-lo com a vizinhança. De manhã, nas casas coletivas, o aparelho era colocado na janela da proprietária para que as demais mulheres acompanhassem as vozes melosas das novelas da Rádio São Paulo, enquanto lavavam roupa no tanque, varriam, enceravam e passavam o escovão no quarto em que a família morava.

Quarta-feira à noite, meu tio Constantino juntava os amigos na cozinha para ouvir *O Crime Não Compensa*, programa da Rádio Record que dramatizava as peripécias dos criminosos mais temidos da cidade.

De calça curta, eu ouvia com a respiração presa as aventuras de Sete Dedos, Amleto Meneghetti, Dioguinho, Boca de Traíra, Massacre, Pereira Lima, Jorginho e Promessinha, invariavelmente mandados para detrás das grades pela diligente polícia paulistana, para provar que de fato a vida no crime não valia a pena.

A licenciosidade do tio que me permitia aquela intromissão no mundo adulto fazia de mim o centro das atenções da molecada no dia seguinte. Eu relatava as histórias nos mínimos detalhes, auscultando as reações da plateia à descrição das fugas espetaculares do italiano Meneghetti feito gato pelos telhados, da destreza de Sete Dedos ao invadir casas alheias de madrugada sem acordar a família e da perversidade atribuída a Massacre, que perguntava se a vítima preferia tiro ou beliscão, dado com um alicate no umbigo dos que optavam pela segunda alternativa.

Em minha adolescência, no fim dos anos 1950, surgiu no submundo a figura do bandido-malandro, mistura de ladrão, boêmio, contrabandista, traficante de maconha e anfetamina, explorador do lenocínio e das casas de jogo. Eram marginais como Hiroito, o rei da Boca do Lixo, Nelsinho da 45, Marinheiro, Brandãozinho e Quinzinho, célebre contador de casos, que concentravam suas atividades ilícitas nas imediações das ruas Vitória, Santa Ifigênia, dos Gusmões, dos Andradas e Protestantes.

Em 1989, a gravação de um vídeo sobre aids me levou à Casa de Detenção de São Paulo, o antigo Carandiru. Ao entrar no presídio, fui tomado por uma excitação infantil tão perturbadora que voltei duas semanas mais tarde para falar com o diretor. Nessa conversa acertamos que eu iniciaria um trabalho voluntário de atendimento médico e palestras educativas, tarefa que me permitiu penetrar fundo na vida do maior presídio da América Latina, experiência descrita no livro *Estação Carandiru*, adaptado para o cinema por Hector Babenco.

Fui médico voluntário na Detenção durante treze anos, até a implosão no final de 2002. No começo, encontrei muita dificuldade no relacionamento com os funcionários; não porque me tratassem mal, pelo contrário, eram gentis e atenciosos, mas desconfiados. Quando me aproximava, mudavam de assunto, trocavam olhares enigmáticos e frases ininteligíveis ou desfaziam a rodinha; nas mínimas atitudes demonstravam estar diante de um corpo estranho. Várias vezes me perguntaram se eu fazia parte de uma ONG, da Pastoral Carcerária, de alguma associação de defesa dos direitos humanos, ou se pretendia me candidatar a deputado.

A desconfiança tinha razões: alienígenas criam problemas nas cadeias, microambientes sociais regidos por um código de leis de tradição oral, complexo a ponto de prever todos os acontecimentos imagináveis sem necessidade de haver uma linha sequer por escrito. O novato é antes de tudo um ingênuo nesse universo em que a interpretação acurada dos fatos exige o olhar cauteloso de homens calejados.

Com o passar dos anos, fiz amigos entre eles, alguns dos quais se tornaram íntimos. Duas razões contribuíram para que me aceitassem como personagem do meio, ou “do Sistema”, como costumam referir-se aos funcionários do Sistema Penitenciário.

A primeira foi o exercício da medicina. Homens como eles ganham mal e dependem da assistência dos hospitais públicos.

Perdi a conta de quantas consultas, de quantos conselhos sobre a saúde de familiares me foram pedidos e do número de internações e tratamentos que tentei conseguir — muitas vezes em vão.

A segunda foi por iniciativas menos nobres. A natureza do trabalho dos guardas de presídio pouco os diferencia da condição do prisioneiro, exceto o fato de que saem em liberdade no fim do dia, ocasião em que o bar é lenitivo irresistível para as agruras do expediente diário.

No início dos anos 1990, ao terminar o atendimento médico num entardecer de calor amazônico, convidei Valdemar Gonçalves, funcionário que comandava o Departamento de Esportes da Casa, para uma cerveja gelada no Alcatraz, um botequim da avenida Cruzeiro do Sul, em frente à Detenção. Foi a primeira de uma rotina de reuniões com um número crescente de participantes, na saída do trabalho.

Em 2002, nos dias que precederam a implosão, pressenti que aquelas reuniões festivas chegariam ao fim. A Secretaria da Administração Penitenciária, na época comandada pelo dr. Nagashi Furukawa, considerava a Casa de Detenção uma excrescência que denegria a imagem dos presídios paulistas e a política penitenciária do governo estadual, que dava prioridade à construção de Centros de Detenção Provisória (CDPS) e de cadeias menores, espalhadas pelos quatro cantos da cidade e do estado. Os funcionários que haviam controlado mais de 7 mil detentos durante tantos anos, nas piores condições de trabalho que alguém possa imaginar, tornaram-se *personae non gratae*, quase sinônimos de marginais corruptos e torturadores que precisavam ser banidos do Sistema Penitenciário.

Tomado por esse pressentimento, num dos últimos encontros antes da implosão firmamos o compromisso de que continuaríamos a nos reunir numa mesa de bar a cada duas ou três semanas, não importava o que acontecesse. Foi uma decisão sá-

bia porque a Secretaria, impossibilitada legalmente de demiti-los, decidiu distribuí-los pelas cadeias de São Paulo. Funcionários com muitos anos de experiência, capazes de manter a paz em pavilhões com mais de mil reincidentes, sufocar rebeliões com as mãos desarmadas e enfrentar a bandidagem mais indócil apenas com o poder persuasivo da palavra, foram estigmatizados e afastados do contato com os presos, escalados para postos subalternos sob o comando de colegas despreparados nos Centros de Detenção Provisória ou em funções burocráticas atrás de escrivaninhas emperradas.

Demolida a Detenção, a convite do funcionário Guilherme Rodrigues passei a atender na Penitenciária do Estado, prédio construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo nos anos 1920, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico. Escolhi a Penitenciária por ser acessível de metrô, por ter mais de 3 mil presos e por ser dirigida pelo dr. Maurício Guarnieri, com quem eu tinha trabalhado na Detenção.

Situada na parte de trás do Complexo do Carandiru, na avenida Ataliba Leonel, a Penitenciária do Estado um dia foi orgulho dos paulistas. Nas décadas de 1920 a 1940 não havia visitante ilustre na cidade que não fosse levado para conhecer as dependências do presídio considerado modelo internacional, não só pelas linhas arquitetônicas, mas pela filosofia de “regeneração” dos sentenciados baseada no binômio silêncio e trabalho. O prédio tem três pavilhões de quatro andares unidos por uma galeria central que os divide em duas alas de celas: as pares e as ímpares, cada uma das quais termina numa oficina de trabalho; no fundo, um cinema grande, um campo de futebol e áreas para o cultivo de hortaliças.

Quando cheguei, o clima era de franca decadência: paredes infiltradas de umidade, fiação elétrica exteriorizada repleta de gambiarras, grades enferrujadas, o velho cinema em ruínas, nem

resquício das hortas, e o campo de futebol desativado para evitar resgates aéreos. Projetadas para ocupação individual, as celas abrigavam dois homens cada uma, situação ainda assim incomparavelmente mais confortável que a dos xadrezes coletivos do Carandiru e dos Centros de Detenção Provisória.

Os funcionários mais antigos lamentavam a deterioração. Como disse Guilherme Rodrigues, ex-diretor-geral da Penitenciária, no início dos anos 2000:

— No passado, isso aqui era um brinco, tudo limpinho, organizado. Dava gosto trabalhar. Nós entrávamos para o trabalho diário em formação militar, o de trás marchava com a mão no ombro do companheiro da frente, como se estivéssemos no exército.

Três anos mais tarde, a Penitenciária começou a ser desativada. O número de mulheres presas no estado aumentava a ponto de as autoridades decidirem transformá-la em prisão feminina. Quando se iniciaram as transferências dos homens, resolvi sair; já tinha assistido a esse filme na Detenção: galerias vazias, vozes que ecoam, presos melancólicos, funcionários desmotivados cumprindo horário no ritmo dos dias que se arrastam, noites sepulcrais. Não pode existir ambiente mais lúgubre.

Depois da Penitenciária, fui atender no Centro de Detenção Provisória da Vila Independência, no caminho de São Caetano, para onde haviam transferido o funcionário Valdemar Gonçalves, meu braço direito no trabalho com os presos desde a época da Detenção.

Os tempos eram outros, e os costumes estavam mudados. No dia em que cheguei, quis entrar no terceiro raio, localizado no fundo da cadeia, para conhecer a situação das celas e conversar com seus ocupantes. Escolhi o raio do fundo porque, em qualquer presídio, as celas mais distantes da Administração são as que vivem as piores condições de salubridade e albergam os bandidos

mais perigosos. É mais ou menos como nas salas de aula, nas quais os alunos mais bagunceiros procuram sentar longe do professor.

O funcionário da galeria de acesso ao raio pediu desculpas, mas avisou que não me deixaria entrar sem a companhia do diretor de Disciplina. Não adiantou explicar que estava habituado a circular entre os presos, que frequentava cadeias havia mais de quinze anos, que era conhecido pela malandragem e que nada me aconteceria: ordens eram ordens.

Quando o diretor chegou e as duas portas que formam a gaiola de entrada do raio foram abertas, um preso franzino, com um defeito na perna, berrou a plenos pulmões junto à grade: “Polícia na cadeia”, grito repetido várias vezes por vozes que vinham do interior das celas.

O raio era formado por xadrezes coletivos dispostos de ambos os lados, separados por uma miniquadra de futebol de salão cujos limites laterais chegavam às grades das celas. Em cada xadrez projetado para oito apertavam-se quinze, vinte ou mais homens, situação que obrigava os recém-chegados a passar semanas dormindo no chão — “na praia”, em linguagem local. Mil vezes cumprir pena na velha Detenção, com campos de futebol e áreas livres por onde andar o dia inteiro, do que passar a vida sem ter o que fazer, espremido entre as paredes de concreto dos Centros de Detenção Provisória construídos para substituí-la.

Como em outras prisões dominadas pela facção que tomou conta dos presídios paulistas a partir dos anos 1990, no CDP Vila Independência os carcereiros só entravam nos raios para fechar as celas no fim da tarde e abri-las às oito da manhã. No resto do tempo, da gaiola de entrada para dentro o comando ficava por conta dos líderes de cada raio: o “piloto” e seus auxiliares. Funcionário pelas galerias conversando com os detentos, como no Carandiru ou na Penitenciária, nem pensar; costume do passado. Para falar com algum carcereiro e até para ir ao médico, o preso

precisava de ordem explícita do piloto, sem a qual qualquer contato seria considerado ato suspeito, passível de punição exemplar de acordo com as leis do crime.

Na saída, encontrei um funcionário que trabalhou anos na Detenção. Quando perguntei o que fazia no CDP, respondeu:

— Tranco e destranco o portão de entrada.

— Um homem com a sua experiência na função de principiante.

— É assim que a música toca, doutor.

Fiquei menos de um ano no atendimento dos presos do CDP. Desisti porque implicavam com o trabalho do Valdemar a meu lado, com o argumento de que ele não fazia parte do Departamento de Saúde.

Durante esse período, permanecemos fiéis à promessa feita antes da implosão: a cada duas ou três semanas nós nos juntávamos para tomar cerveja, contar histórias de cadeia e dar risada. Dependendo dos compromissos de cada um, variava de cinco a quinze o número de participantes nos encontros do grupo, autotitulado de Conselho dos Cachaceiros, por analogia com o Conselho Penitenciário formado por autoridades do Sistema.

Pela primeira vez depois de dezesseis anos, passei oito meses longe dos presídios, período em que meus dias pareciam incompletos, impressão aliviada apenas pelas reuniões do Conselho nos bares e restaurantes da periferia. Cheguei a pensar que nunca mais voltaria, que não haveria mais espaço para realizar o trabalho que estava acostumado a fazer. Talvez devesse me conformar — da mesma forma que os homens, as cadeias se transformam com o passar do tempo.

Não fiquei infeliz nem me senti fracassado; as atividades de oncologista com clínica movimentada, as viagens ao rio Negro como parte de um projeto de pesquisas, as colunas que escrevo em jornais e revistas e o trabalho de educação em saúde pela tv

já ocupavam todo o tempo disponível; o problema era que a falta de contato com o ambiente marginal deixava a vida mais pobre. Estava tão envolvido com aquele universo, que abrir mão dele significava admitir passar o resto da existência no convívio exclusivo com pessoas da mesma classe social e com valores semelhantes aos meus, sem a oportunidade de me deparar com o contraditório, com o avesso da vida que levo, com a face mais indigna da desigualdade social, sem ouvir histórias que não passariam pela cabeça do ficcionista mais criativo, sem conhecer a ralé desprezível que a sociedade finge não existir, a escória humana que compõe a legião de perdedores que um dia imaginou realizar seus anseios pela via do crime, e acabou enjaulada num presídio brasileiro.

Uma crise inesperada mudou o rumo dos acontecimentos. Em 2006, houve uma sucessão de rebeliões que destruíram diversas cadeias de São Paulo. Mal os rebelados eram transferidos para locais mais seguros, estourava novo motim em outro ponto, criando dificuldades logísticas para acomodar tanta gente em prisões já superlotadas e causando prejuízos financeiros para o Estado. Era evidente que se tratava de um plano orquestrado por um comando central empenhado em desafiar as autoridades e amedrontar a sociedade.

Finalmente, em maio de 2006, grupos armados incendiaram ônibus, assassinaram policiais e carcereiros e disseminaram o pânico pela cidade. A ação planejada no interior dos presídios de segurança máxima atingiu o objetivo: no fim da tarde, a população assustada largou tudo, correu para casa, e São Paulo experimentou um dos maiores congestionamentos da sua história. Quando escureceu naquela segunda-feira, andei pelas ruas do centro sem encontrar viva-lma.

A reação foi imediata: a polícia saiu à caça dos responsáveis pelo tumulto. No balanço final, muitas mortes. Num presídio destruído na cidade de Araraquara, em vez da habitual transfe-

rência dos amotinados, as portas foram soldadas a maçarico e os homens recolhidos numa pequena área aberta que tinha sobrevivido à fúria incendiária da rebelião. Sem espaço disponível para deitar ao mesmo tempo, dormiam em turnos, recebiam alimentos içados por uma roldana instalada na muralha e faziam as necessidades fisiológicas em sacos plásticos. Passaram três meses ao relento, no inverno, enquanto aguardavam a reconstrução.

Uma das providências tomadas pelo governo foi substituir o secretário de Assuntos Penitenciários pelo dr. Ferreira Pinto, um promotor da Justiça Militar determinado, organizador da reação em Araraquara, que adotou rapidamente as medidas necessárias para recuperar o controle das prisões. Entre elas, nomeou como secretário adjunto o dr. Lourival Gomes, homem com muitos anos de serviços prestados ao Sistema, respeitadíssimo pelos colegas, que eu conhecia desde o Carandiru. Na reorganização que se seguiu, a nova administração convocou para assumir as posições estratégicas o pessoal mais experiente que se achava espalhado pelo estado. Vários desses funcionários tinham trabalhado na antiga Detenção, e alguns deles eram frequentadores assíduos de nossas reuniões conciliares.

Não foi preciso insistir para me convencer a retornar. Pedi apenas que escolhessem o presídio com a assistência médica mais precária, que não fosse muito distante, e que o Valdemar, havia tantos anos meu companheiro de trabalho, pudesse ir comigo.

Dias mais tarde fui chamado. Explicaram que a Penitenciária Feminina da Capital, agora instalada no prédio construído por Ramos de Azevedo em que eu trabalhara depois da implosão do Carandiru, era administrada por uma ONG que estava de saída e levaria com ela os médicos que prestavam atendimento no local.

A princípio estranhei. Quando perguntaram se havia algum problema, respondi sem pesar as palavras:

— É que não tenho experiência com mulheres.

Distração fatal num ambiente desses. Há seis anos vendo doentes na Penitenciária Feminina, ainda hoje aparece algum engraçadinho para perguntar se já me desabituei dos homens.

Em 2012 completei 23 anos de atendimento médico voluntário em presídios. No conjunto, recebi muito mais do que poderia valer o tempo dedicado a esse trabalho. A experiência ganha no convívio com mulheres e homens aprisionados, com suas histórias de vida, com a realidade social brasileira e com o modo de viver e pensar dos carcereiros modificou de forma radical minha maneira de enxergar o país em que vivo e de entender as vicissitudes da condição humana.

Em *Estação Carandiru* descrevi a vida na cadeia com o olhar do médico que atende homens obrigados a cumprir penas em gaiolas apinhadas, como se participassem de um experimento macabro. Neste livro, escrito treze anos mais tarde, tentarei fazê-lo da perspectiva dos homens que passam a vida a vigiar prisioneiros.

As histórias de heroísmo, os atos de generosidade, a corrupção, a covardia, a prática da tortura, o desapego à própria vida em benefício de outros, as maldades e os exemplos de dedicação ao serviço público que se seguem foram observados por mim ou contados pelos próprios carcereiros com quem tenho convivido.

Por razões éticas e pela necessidade de proteger a identidade daqueles que ainda são funcionários públicos, nem sempre os acontecimentos descritos serão atribuídos ao personagem que os narrou.